

Vale do Paraíso: a sustentabilidade de uma iniciativa endógena de turismo no espaço rural

Vale do Paraíso: the sustainability of an endogenous initiative of tourism in rural space

**Bianca Pugen, Marcos Daniel Schmidt de Aguiar,
Vera Lúcia Bueno de Oliveira**

RESUMO

A pluriatividade no espaço rural pode ser uma alternativa de renda e de fixação dos residentes ao campo. Neste contexto, as atividades de agroindústria, artesanato e turismo podem contribuir para o desenvolvimento local e regional. Percebendo estas questões, realizou-se uma pesquisa para entender e analisar alguns aspectos relativos à sustentabilidade das atividades de turismo rural no roteiro denominado Vale do Paraíso, no município de Três Cachoeiras, Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram utilizadas entrevistas abertas e estruturadas, onde os agricultores e representantes do poder público foram entrevistados e observação *in loco*. Como análise, tem-se que o roteiro Vale do Paraíso pode ser considerado um roteiro turístico de iniciativa tipicamente endógena. As questões culturais, ambientais e econômicas apontam para uma prática que vai ao encontro dos conceitos da sustentabilidade, embora alguns fatores mereçam atenção, como a necessidade de uma revisão da precificação do roteiro, a inexistência de uma sistematização para a educação ambiental e a falta de articulação e envolvimento do poder público municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Rural; Endógeno; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The pluriactivity in rural areas can be an alternative income and the setting of the camp residents. In this context, the activities of agribusiness, handicrafts and tourism can contribute to local and regional development. Realizing these issues, we carried out a survey to understand and analyze some aspects concerning the sustainability of rural tourism activities in script called Vale do Paraíso, at Três Cachoeiras, Northern Coast of Rio Grande do Sul. Therefore, interviews were open and structured, where farmers and government representatives were interviewed and on-site observation. As analysis is that the script Vale do Paraíso can be considered a tourist itinerary initiative typically endogenous. Cultural issues, environmental and economic point to a practice that meets the concepts of sustainability, although some factors deserve attention, such as the need for a review of the pricing of the script, the lack of a systematic environmental education and lack of articulation and involvement of municipal government.

KEYWORDS: Rural Tourism; Endogenous; Sustainability.

Introdução

As transformações socioeconômicas das últimas décadas, decorrentes da globalização, foram visíveis em diversos setores da economia e também (ou principalmente) no campo. Para que se mantenham viáveis, as propriedades rurais necessitam de novas opções para a viabilização dos espaços rurais. Assim, a produção agrícola vem cedendo espaço para atividades não-agrícolas (OLIVEIRA, 1986).

A partir disso, alguns autores (KUBO; SOUZA, 2006; RODRIGUES, 1996; SA-BOURIN, 2007) propõem uma reflexão sobre pluriatividade no espaço rural como forma de produção alternativa, fenômeno que ultrapassa a presença de atividades padrão agrícolas agregando-se outras atividades. Por outro lado, o trabalho de Campanhola e Silva (2000) já detectava a perda de trabalhadores nas atividades eminentemente agrícolas:

O número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vêm decrescendo rapidamente, acompanhado por um crescimento de trabalhadores rurais e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas, isto é, unidades familiares em que nenhum membro está engajado em atividades agrícolas (CAMPANHOLA; SILVA, 2000. p.1).

Schneider (2006) também aponta esta questão, comentando a pluriatividade no meio rural como forma de gerar alternativas de renda para os residentes, através de outros afazeres que contribuam na diversificação de atividades desenvolvidas no campo.

Neste contexto, as atividades de agroindústria, artesanato e turismo podem contribuir para o desenvolvimento rural local e regional. Particularmente o turismo pode gerar renda, valorização cultural e social e, ainda, auxiliar na preservação do ambiente das propriedades que optarem por dedicar-se a esta atividade.

Para que apresente estes benefícios às propriedades rurais que se dedicam a atividade, há que se levar em conta questões relativas à sustentabilidade, nos seus variados âmbitos.

Pensar em sustentabilidade no meio rural pressupõe a realização de atividades que, ao mesmo tempo em que geram renda e diversificam economicamente as propriedades, estimulem sentidos de pertencimento, promovam a cultura local, a qualidade de vida e ainda auxiliem na preservação do ambiente natural das localidades (SWARBROOKE, 2000).

Dentro desta problemática, realizou-se uma pesquisa para entender se as atividades de turismo rural em um município situado na região litorânea do Rio Grande do Sul são desenvolvidas de forma sustentável. A pesquisa buscou analisar algumas questões relativas à sustentabilidade econômica, cultural e ambiental das atividades de turismo rural no roteiro denominado Vale do Paraíso, no município de Três

Cachoeiras, Litoral Norte do Estado. Roteiro este, desenvolvido por agricultores e que se configura no único roteiro de turismo rural certificado pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul (TURISMO, 2011).

Contribuições do turismo para o desenvolvimento rural

O fenômeno turístico movimentava bilhões de dólares por ano e pode envolver uma diversidade de serviços, profissionais e comunidades. Isto faz com que esta possa ser uma atividade rentável e competitiva, que, se planejada adequadamente, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios e de suas comunidades (HALL, 2001; MOLINA, 2005).

Nesta atividade a globalização também se fez visível quando organizações, poderes públicos e comunidades precisaram se adequar às transformações por ela exigidas. Em função disto, a segmentação de mercado foi uma das estratégias que surgiu para suprir as novas necessidades dos destinos receptores e do consumidor - turista.

Esta segmentação de mercado fez consolidar uma tipologia até então vivenciada em destinos turísticos consolidados, como alguns países da Europa: o turismo rural. Este tipo de turismo, no século XIX, era vivenciado apenas pela aristocracia, que tinha por hábito desfrutar das “residências campestres e de momentos de uma vida bucólica, num movimento denominado paisagismo” (REJOWSKI, 2002, p. 52). Nas últimas décadas tem sido desfrutado por um público maior e mais heterogêneo.

Para o Ministério do Turismo brasileiro, turismo rural é:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (2008, p.18).

Percebe-se, neste conceito, alguns fatores importantes para a caracterização do segmento de turismo rural: *produção agropecuária, patrimônio e comunidade*. Portanto, para que a atividade seja denominada turismo rural, é importante que se mantenham as atividades primárias desenvolvidas nas propriedades (relacionadas ao cultivo), que preserve e propague seu patrimônio (natural, cultural, histórico e simbólico) e que envolva ativamente e de forma qualificada a comunidade.

Para Beni (2006) este tipo de turismo possibilita o desenvolvimento tanto dos residentes quanto dos turistas (ou visitantes em geral). Para o primeiro grupo, o desenvolvimento da oferta de serviços no meio rural surge como alternativa de aumento de renda, agregação de valor à propriedade e fixação do homem ao campo. Para o segundo pode ser uma forma de voltar às origens e de se reintegrar com o ambiente.

Assim, entende-se que a prática de turismo rural precisa estar relacionada à

vivência no meio rural, sendo requisito fundamental para a prática desta atividade a relação com as atividades agrícolas. É importante que o residente não abandone suas atividades no campo, mas que se utilize disto como um atrativo em si, agregando valor a economia, valorizando a cultura local e melhorando as condições de vida da população.

De outra forma se avalia que o principal atrativo deste tipo de turismo é a peculiaridade dos distintos lugares e regiões e por isto esta atividade tende a ser viável em comunidades rurais de pequeno porte, justamente por ter o genuíno como atrativo principal. Isto expressa diferentes condições geográficas e territoriais dos lugares, a partir da cultura produzida pelas famílias de agricultores.

Os possíveis benefícios que o turismo rural possa trazer para o desenvolvimento regional podem ser constatados em diversas dimensões como a econômica, cultural e ambiental (há que se pensar também nos aspectos políticos, sociais e simbólicos, porém, para este estudo, as reflexões restringem-se aos três primeiros, dada as limitações de tempo e abrangência da pesquisa).

Economicamente, as atividades de turismo rural podem possibilitar a estabilização da população local no campo; a geração de rendas complementares; a contribuição para a reativação econômica de zonas deprimidas, além de outros aspectos decorrentes da atividade.

Em relação aos aspectos culturais, o turismo rural pode auxiliar a propagar a cultura local e regional; pode possibilitar a incorporação do trabalho remunerado da mulher; estimular e valorizar as atividades agropecuárias e artesanais. Ainda, pode provocar a manutenção e recuperação do patrimônio arquitetônico tradicional e aumentar o senso de pertencimento em relação ao local que habitam (VEZZANI, 2008; BARRETTO, 2005).

Quanto às questões relativas ao meio ambiente, a atividade pode ser um incentivo para que se preserve o ambiente local, sensibilizando os visitantes sobre cuidados com o meio natural. Neste sentido, as práticas de turismo rural precisam, além da educação ambiental, atentar para a capacidade de carga dos atrativos e para a criação de programas para reduzir a produção de resíduos, a fim de minimizar a destruição dos recursos renováveis.

A afirmação de Tulik (2003) ajuda a compreender melhor a contribuição do turismo para o desenvolvimento:

O turismo rural surgiu em meio a uma frágil economia [a agricultura] com o intuito de aumentar a renda dos agricultores e também de gerar empregos fazendo com que diminua o êxodo rural, havendo assim, o desenvolvimento local ou até mesmo regional com a atividade turística (TULIK, 2003, p.77).

A autora relaciona o turismo rural com o desenvolvimento local, assim como Campanhola e Silva (1999) o fazem, ao afirmar que o turismo no meio rural pode be-

neficiar a comunidade como um todo, pois esta acaba compartilhando dos benefícios indiretos gerados, como melhoria de infra-estrutura e de serviços públicos.

Apesar de o turismo apresentar possibilidades de desenvolvimento, pode acarretar alguns impactos negativos, como especulação imobiliária, danos ambientais, superpopulação, hostilidade entre visitantes e visitados, descaracterização da cultura local, exploração econômica para fins políticos e outras interferências negativas decorrentes da falta de planejamento ou controle (BARRETTO, 2005).

Assim, como atividade complementar ou principal o turismo rural pode desenvolver cultural e economicamente comunidades locais e regiões, além de preservar o ambiente natural. Para que isto ocorra, é necessário planejamento e gestão adequada, que envolva os diferentes grupos sociais e que articule diferentes atores de maneira positiva.

Sustentabilidade: uma questão endógena

A sustentabilidade dos destinos turísticos rurais está para além de benefícios diretos para os agricultores. Sustentabilidade, para Rattner (1999), pressupõe democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente, para toda a comunidade. Santos (2001) vai além, afirmando que desenvolvimento privilegiaria o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção plena da cidadania. Assim, as questões de crescimento econômico estariam articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça.

Desta forma, tem-se que desenvolvimento não é só crescimento econômico, embora este último seja importante para alcançar a sustentabilidade. No turismo, este conceito se aplica de forma importante, a partir do momento em que o turismo sustentável busca o desenvolvimento holístico tanto dos atores diretamente envolvidos no processo quanto do destino como um todo.

A Organização Mundial do Turismo (1998, p.21) entende como turismo sustentável aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas ao mesmo tempo em que preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro. Deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida (OMT, 1998, p. 21).

Neste sentido o turismo (e em particular o turismo rural) precisa articular todos os interessados direta e indiretamente na atividade: comunidade local, iniciativa privada, poder público e terceiro setor. O pleno envolvimento de todos os agentes que desempenham (ou deveriam desempenhar) papéis no fenômeno turístico é importante para que os benefícios sejam atingidos de maneira simétrica, justa e equilibrada (TOMAZZONI, 2002).

Em algumas destinações, a iniciativa de realizar ou não a atividade turística é imposta pelo poder público, principalmente quando este percebe que o município possui atrativos que possam ser formatados para se transformarem em produtos turísticos. Ocorre que, como uma iniciativa exógena, muitas vezes a comunidade não se sente inserida no processo e pode não apropriar-se da atividade. Isto ocorrendo, torna-se difícil que a atividade atinja pleno desenvolvimento (KRIPPENDORF, 2000).

Já ao contrário, optando-se por uma iniciativa de organizar o turismo sendo endógena, isto é, partindo da comunidade, pode fazer com que os residentes tenham o senso de pertencimento fortalecido, o que é um ponto importante no desenvolvimento da atividade. Estas são iniciativas de base local, onde a comunidade e o empresário local decidem sobre as questões relativas ao turismo.

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF, 2001, p.2).

Cabe destacar o papel do poder público nas duas maneiras citadas, principalmente por ser ele quem deve regular, articular e incentivar as iniciativas locais. Quando o poder público é falho, as comunidades podem ter maiores dificuldades de fazer com que a atividade turística se consolide. É, então, de suma importância que os gestores públicos se sensibilizem e articulem a atividade.

Para entender as práticas do destino: metodologia da pesquisa

A Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul (Setur/RS), em 2007, através da Lei nº 12.845, instituiu a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural. Além disto, instaurou, através de um Termo de Cooperação, o Grupo Gestor de Turismo Rural, que busca realizar ações e programas direcionados ao processo de ordenamento e fortalecimento do Turismo Rural.

A partir destas iniciativas, iniciou um processo de ordenamento e incentivo para o turismo rural nas diversas regiões turísticas do Estado. O Rio Grande do Sul, hoje, está subdividido em 11 regiões turísticas: Pampa Gaúcho, Grande Porto Alegre, Vales, Serra, Hidrominerais, Costa Doce, Rota das Terras, Central, Missões, Yucumã e Litoral Norte. Cada região possui diferentes características de ordenamento, atração e promoção turística, bem como diferentes demandas.

O turismo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, por ser uma região banhada pelo Oceano Atlântico, concentra a demanda de visitantes nos meses de verão ou em feriados, em função da oferta de sol e mar. Neste sentido, o turismo rural desponta como uma tendência que sugere a diversificação dos interesses da demanda não mais concentrada apenas no produto sol e praia, típicos de regiões litorâneas.

Assim, a prática de turismo rural nestas regiões que trabalham com a sazonalidade

dade pode diversificar a oferta e atrair uma demanda mais específica e constante.

Em razão disto é importante uma reflexão sobre a atividade de turismo rural na região, percebendo a relação entre cultura, economia e natureza e refletindo sobre a sustentabilidade neste meio.

Este estudo teve, então, como objeto de pesquisa o roteiro Vale do Paraíso, no distrito de Morro Azul, em Três Cachoeiras, Litoral Norte Gaúcho e buscou entender se este roteiro de turismo rural insere-se no contexto da sustentabilidade (cultural, econômica e ambiental).

Os objetivos do trabalho foram: identificar e descrever as propriedades integrantes do roteiro Vale do Paraíso; perceber as possibilidades de manutenção da cultura local; identificar o retorno econômico para as propriedades integrantes do roteiro e analisar o nível de preservação ambiental destes empreendimentos.

A presente pesquisa foi do tipo exploratória, de natureza qualitativa. Para Schlüter (2003), a pesquisa exploratória trata de rever documentações atualizadas sobre determinado tema ou analisar pessoas que tiveram experiências com o problema a ser estudado. Como instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas abertas e estruturadas e observações *in loco*.

As entrevistas continham questões pertinentes a constituição inicial do roteiro, a atividade principal dos agricultores e perguntas que esclarecessem sobre os aspectos culturais, econômicos e ambientais de cada propriedade. As observações foram feitas para conhecer as propriedades, as práticas rurais e a operacionalização do roteiro.

O roteiro é constituído por 7 (sete) propriedades, que são mantidas por grupos familiares que trabalham diretamente na agricultura. Nesta pesquisa, foram entrevistados os 7 (sete) agricultores que correspondem a cada um dos grupos familiares que compõe as propriedades. Além destes agricultores, foram realizadas 2 (duas) entrevistas com representantes do poder público local (membros da Secretaria de Educação do Município, secretaria que responde pelo Turismo em Três Cachoeiras). Foram realizadas, então, um total de 9 (nove) entrevistas.

As observações, num total de 4 (quatro), puderam aproximar os pesquisadores à realidade local e esclarecer sobre as questões da pesquisa.

A pesquisa foi realizada de março a dezembro de 2011.

Vale do Paraíso: um roteiro sustentável?

O roteiro Vale do Paraíso foi uma iniciativa dos moradores da localidade que se sentiram motivados a promover a cultura da região. Segundo relatos de uma das integrantes do roteiro (Entrevistado 1) as belezas naturais da localidade, aliadas a colonização italiana, à história dos tropeiros que partiam da região em direção à região serrana e às atividades relacionadas a agricultura motivaram um grupo de moradores a

buscar auxílio técnico para trabalhar com turismo rural.

As primeiras reuniões dos agricultores interessados em participar do processo deram-se no Clube Vera Cruz, com sede no distrito de Morro Azul (Figura 1). Segundo relatos nas entrevistas alguns integrantes deste Clube, que anualmente organizava uma festa na localidade, vislumbraram a possibilidade de desenvolver a localidade culturalmente, a partir do turismo. Neste momento, conversaram com agricultores que possuíam algum atrativo natural ou cultural em suas propriedades e que teriam interesse em participar de um projeto de turismo. A partir de então, decidiu-se buscar apoio técnico na faculdade de Turismo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Torres, juntamente com a Emater (Ascar) e o Sindicato Rural (conforme ata nº 01, de 2002). A partir de então algumas propriedades engajaram-se no projeto de desenvolvimento de turismo rural e passaram a organizar-se para receber visitantes.



Figura 1: Pórtico do Distrito de Morro Azul. **Foto:** autores.
Figure 1: Portico of the District Morro Azul. **Photo:** by authors.

Através das entrevistas e das observações, constatou-se que o roteiro se enquadra no segmento de Turismo Rural, pois os empreendedores mantêm as atividades do campo como receita principal. Alguns, inclusive, citaram que suas atividades agrícolas aumentaram após o incremento do turismo, já que as propriedades integrantes do roteiro demandam de um maior número de insumos.

Como renda principal, cultivam cana-de-açúcar e bananas. Além destes cultivos, constatou-se que plantam hortifrutigranjeiros, vendendo o excedente para vizinhos e para a cidade. Além disto, há produção agropecuária em pequena escala, que provê carne e leite tanto para autoconsumo quanto para elaboração de pratos servidos aos turistas.

O roteiro (Figura 2) inclui visita a um engenho de cachaça, moinho d'água, artesanato regional, passeios a cavalo, culinária local e trilhas na mata nativa da região.



Figura 2: Mapa do roteiro. **Fonte:** Site da Pousada Casa da Tia Laura.
Figure 2: Map of the tour. **Source:** Website of Pousada Casa da Tia Laura.

O roteiro inicia no Museu Casa da Colonização (Figura 3), onde a cultura local e parte da história do lugar podem ser apreciadas. A sede do museu foi comprada pelo Clube Vera Cruz em parceria (e com contribuições financeiras) dos agricultores que integram o roteiro. Para montagem do acervo, o grupo realizou uma campanha nas escolas do município para que utensílios pessoais fossem doados. Assim, o museu foi constituído por peças que foram doadas por moradores da localidade e apresenta ao visitante ferramentas, utensílios e vestes dos colonizadores da região. Também possui utensílios que representam a vida do agricultor, desde períodos da colonização italiana na região.



Figura 3: Museu Casa da Colonização. **Foto:** autores.
Figure 2: Museum Casa da Colonização. **Photo:** by authors.

Após visitar o Museu, visita-se a propriedade “Pousada Casa da Tia Laura” (Figura 4). Resultado de uma adaptação de uma moradia construída em 1904, a

propriedade mantém suas características originais em estilo colonial e recebe visitantes para pernoite. A família proprietária da Pousada trabalha com agricultura e participa do roteiro recebendo hóspedes ou servindo almoço aos visitantes, sob agendamento. Destaca-se que todos os produtos servidos no almoço são produzidos na localidade.



Figura 4: Pousada Casa da Tia Laura. **Foto:** autores.

Figure 4: Casa da Tia Laura inn. **Photo:** by authors.

Além da Pousada Casa da Tia Laura, mais duas propriedades oferecem refeições aos visitantes (as refeições são: café rural e almoço): o Sítio Dona Lúcia (Figura 5) e o Sítio Dona Cenira. Os ambientes, antes somente residenciais, foram adaptados para receber visitantes com agendamento prévio, assim como todos os outros empreendimentos. Nestas propriedades o visitante pode, além de realizar refeições, adquirir produtos coloniais feitos na propriedade (exemplo disto é a rapadura feita no Sítio Dona Lúcia, onde tanto o amendoim quanto a cana para feitiço de açúcar mascavo utilizados na rapadura são plantados e processados na propriedade). Nestes locais, além da gastronomia, outros atrativos chamam a atenção: cascatas, plantas nativas e trilhas na Mata Atlântica.



Figura 5: Sítio Dona Lúcia. **Foto:** autores.

Figure 5: farm Dona Lúcia. **Photo:** by authors.

Outro produto integrante do roteiro é o Moinho de Pedra. Lá se pode conhecer, além da paisagem, parte da história local, contextualizada na história regional. Existe um

moinho para moagem da farinha de mandioca em funcionamento, que pode ser visto pelo visitante.

Ainda, no roteiro, existe o Alambique Terceiro Gole (Figura 6), de onde se chega a uma cascata em meio à Mata Atlântica. Esta propriedade trabalha exclusivamente com a cana-de-açúcar e elabora cachaças que comercializa tanto no roteiro quanto para compradores específicos de municípios vizinhos. Importa destacar, segundo relato do agricultor proprietário do alambique, que a inserção do turismo como atividade pluriativa possibilitou que ele viajasse até Minas Gerais, para entender novos e diferentes processos de elaboração de cachaças.



Figura 6: Alambique Terceiro Gole. **Foto:** autores.
Figure 6: Alembic Terceiro Gola. **Photo:** by authors.

Também faz parte do roteiro a Casa do Filó (Figura 7). Este espaço foi a primeira escola da localidade e possui 125 anos. O Filó é um hábito trazido pelos imigrantes italianos que, agricultores sem muitos recursos, reuniam-se para trocar sementes, alimentos e conforto por estarem distantes de sua terra natal. As mulheres confeccionavam artesanato, todos comiam e bebiam dos pratos trazidos pelos agricultores participantes, cantavam e rezavam. Este hábito é resgatado na Casa do Filó, que realiza festejos deste tipo para participação dos turistas.



Figura 7: Casa do Filó. **Foto:** autores.
Figure 7: House of Filo. **Photo:** by authors

Em relação a sustentabilidade, no âmbito cultural, ao se analisar interferências na cultura local ou a incorporação de novos hábitos, percebeu-se que não houveram interferências negativas na cultura local. Os entrevistados destacam como únicas interferências o advento da internet e da televisão por assinatura, mas que estes são instrumentos utilizados para uma melhor comercialização e/ou atendimento aos visitantes.

Neste mesmo aspecto pode-se destacar a atividade do Filó. Embora este hábito não aconteça mais da forma como acontecia na comunidade, é interessante perceber esta iniciativa como um resgate cultural transformado em um atrativo turístico. Por isto, nesta análise, não se entrará na discussão de esta ser ou não uma atividade espetacularizada (DEBORD, 1997; HALL, 1999).

As entrevistas apontam que o grupo tem clareza sobre a quantidade de pessoas que recebem para realizar o roteiro, destacando que não lhes interessa o turismo massivo, “pois queremos mais qualidade do que quantidade” (Entrevistado 2).

Em relação aos aspectos ambientais, quanto à preservação natural, no tocante à paisagem, nota-se que o ambiente é preservado. Poucas interferências se percebem no meio, como o embelezamento do entorno e sinalização externa, que não interferiram significativamente no espaço e não geraram impactos ambientais significativos.

A seleção de resíduos é realizada em todas as propriedades, sendo que os orgânicos são reaproveitados nas propriedades através da compostagem, utilizado como adubo ou como alimento para os animais. Já os resíduos sólidos são recolhidos pela Prefeitura Municipal, porém os residentes desconhecem o destino que é dado aos considerados recicláveis.

Em se tratando dos aspectos econômicos, todos os entrevistados afirmaram que não poderiam e não querem viver apenas da renda gerada pelo turismo. Destacam que a atividade agregou valores à renda familiar e que hoje uma atividade depende da outra (esta afirmação foi feita por todos os entrevistados). Justificam que a atração de turistas se dá em função do território, que tem como atividade principal a agricultura. De outra forma analisam que a agricultura foi incrementada pelo turismo, tornando as duas atividades interdependentes.

Em relação aos aspectos econômicos cabe aqui ressaltar a insatisfação de um entrevistado com o hábito desenvolvido no local de presentear o(s) guia(s), o(s) motorista(s) e o(s) representante(s) das agências que acompanham grupos de visitantes, afirmando que com esta prática muitas vezes o lucro diminui consideravelmente.

Uma outra observação interessante é relacionada aos grupos recebidos por uma instituição comercial que trabalha com turismo social. Esta entidade realiza visitas no roteiro Vale do Paraíso principalmente no verão, ofertando este roteiro como uma alternativa aos veranistas que estão hospedados em Torres. A duração das visitas é curta (geralmente uma tarde) e os grupos almoçam em locais diversos ao roteiro, o que empobrece a visita, pois acelera a visita, não dando tempo para que seja realmente aproveitado pelo turista e deixando os receptores frustrados.

Os valores cobrados aos visitantes (tanto individuais quanto grupos) são questio-

náveis, pois são preços muito acessíveis. Neste aspecto, percebeu-se um conflito entre os integrantes do roteiro, já que alguns entendem que os valores cobrados são justos, outros relatam que não. Mesmo com este impasse, o grupo segue comercializando aos preços estabelecidos para esta instituição, já que “ganham na quantidade” (Entrevistado 4).

As entrevistas apontam para um pequeno aumento no número de empregos locais. Nenhuma propriedade excedeu a contratação de 1 (um) funcionário fixo e mais alguns (poucos) diaristas em dias de recepção de turistas.

Em relação ao poder público, existe uma insatisfação geral quanto a sua atuação no turismo rural da localidade. Neste sentido, destaca-se que os pesquisadores não conseguiram conversar pessoalmente com representantes do setor público, uma vez que os horários para entrevistas não coincidiam com as disponibilidades da Prefeitura. As duas entrevistas realizadas foram feitas via telefone.

O município de Três Cachoeiras não possui um órgão responsável pelo turismo (secretaria de turismo ou departamento de turismo). Há uma funcionária ligada à Secretaria Municipal de Educação que responde pelo turismo do município. Em uma das tentativas esta funcionária afirmou que a Prefeitura não tem envolvimento com o roteiro, já que o roteiro é uma iniciativa da comunidade local e que os contatos deveriam ser feitos com os representantes dos roteiros.

Alguns empreendedores relataram que já solicitaram melhorias de infraestrutura para a Prefeitura (acesso, sinalização), mas suas reivindicações não foram atendidas. Nota-se aqui uma lacuna nas relações políticas locais, já que os moradores nem sempre conseguem fazer chegar até o governo municipal suas reivindicações.

Pode-se avaliar, neste sentido, que o roteiro é fruto do trabalho de pessoas que estão envolvidas com o lugar e que fazem parte da história do município (a maioria é descendente dos primeiros moradores). Tem-se esta iniciativa endógena com algo de grande valia para o desenvolvimento do setor, mas percebe-se que se o poder público tivesse um papel mais ativo o roteiro poderia estar melhor desenvolvido.

Outro aspecto que poderia contribuir com o roteiro é a comercialização por operadoras turísticas e agências de viagens diversas, pois, até então, o roteiro é comercializado quase que exclusivamente pela instituição do setor comercial que trabalha com turismo social. Algumas agências da região comercializam o roteiro, de forma incipiente, e alguns visitantes individuais visitam a localidade, principalmente quando esta realiza algum evento. Aqui, destaca-se a importância da realização de eventos para atrair um público diversificado.

Por fim, analisa-se este roteiro como de grande potencial para o fomento do turismo na região. Destaca-se uma iniciativa que é mantida e fomentada por empreendedores locais e apoiada pela comunidade local. Assim, é importante analisar o papel do poder público no desenvolvimento de uma destinação turística. Com a articulação do governo municipal o roteiro poderia atingir níveis mais interessantes de desenvolvimento.

Considerações finais

O roteiro Vale do Paraíso pode ser considerado um roteiro turístico de iniciativa tipicamente endógena. É desenvolvido a partir do interesse dos próprios residentes, que viram no turismo a oportunidade de preservar seu espaço, mostrar a cultura local e aumentar a renda (especialmente da mulher), pois a agricultura, antes atividade única, passa a coexistir com o turismo.

Importa destacar a participação das mulheres na formatação e operacionalização do roteiro e, ainda, participando de cursos de artesanato, associativismo e outras atividades de grupo que estimulam a prática do turismo como atividade associativa.

As questões culturais, ambientais e econômicas apontam para uma prática que vai ao encontro dos conceitos da sustentabilidade, embora alguns fatores mereçam atenção.

O primeiro é em relação a precificação do roteiro. Sabe-se que para que uma atividade tenha retorno econômico e gere renda é importante que se cobre um preço justo. Nota-se que os valores pagos pelos grupos que visitam o roteiro ou que visitam alguma propriedade são valores quase que simbólicos. Os preços são acessíveis demais para cobrir custos e ainda gerar renda. As diárias na Pousada integrante do roteiro, os “cafés” servidos e os ingressos (quando cobrados) custam pouco para quem paga e também contribuem pouco para quem cobra. Seria importante uma revisão nos valores cobrados pelas propriedades integrantes do Vale do Paraíso.

Em relação às questões ambientais, seria importante que a Prefeitura Municipal (responsável pela coleta dos resíduos das propriedades) informasse a população sobre o destino destes resíduos, se há alguma cooperativa de catadores beneficiada ou como é feita a destinação. A comunidade local talvez pudesse estar melhor informada sobre isto, reafirmando assim seu papel de cidadão.

Também é importante relatar a inexistência de uma sensibilização ambiental sistematizada nas propriedades que operam o roteiro. Seria interessante se houvesse algumas ações estabelecidas para que o visitante se conscientizasse sobre as questões ambientais, utilizando os locais visitados no roteiro como ferramenta de educação ambiental.

Morro Azul, o distrito onde é realizado o roteiro, possui belezas naturais singulares e uma comunidade comprometida, que desenvolve o roteiro sem o envolvimento público-privado tão presente nos debates teóricos. A Prefeitura Municipal tem papel passivo neste contexto, pois apenas se beneficia com a presença de visitantes no município e com a divulgação gratuita que o município de Três Cachoeiras tem a partir de um trabalho desenvolvido pela comunidade. É importante que o poder público municipal se aproprie deste roteiro, contribuindo com ações que são de responsabilidade pública.

Ao finalizar o artigo, é importante falar das limitações da pesquisa. Esta, desenvolvida ao longo de 2011, tornou-se complexa demais para pouco tempo de pesquisa. Tratar da sustentabilidade é um desafio, pois este tema abarca uma gama de questões que sugerem outras abordagens e estudos, muito difíceis de serem tratadas em um único trabalho.

Em função disto o estudo tratou de maneira superficial a questão da sustentabilidade no turismo rural. Seria interessante um aprofundamento deste estudo ou um desdobramento para um estudo mais aplicado. Novas pesquisas podem debruçar sobre este ro-

teiro, estudando as relações entre visitantes e visitados, as relações de conflitos entre setor público e comunidade, as questões econômico-financeiras das propriedades e, ainda, as interferências ambientais geradas a partir da configuração daquele espaço turístico.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BENI, M.C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HALL, C.M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.
- KUBO, R.R.; SOUZA, C.; Tempo de artesanato: reflexões em torno do devir na etnografia do processo de busca de uma alternativa econômica. *In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. KUBO, R.R., BASSI, J.B., SOUZA, C., ALENCAR, N.L., MEDEIROS, P.M., ALBUQUERQUE, U.P. (org.) Recife: NUPEEA, 2006.
- MTUR. Ministério do Turismo. Turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. *In: BRIZOLLA, T.; LIMA, A.C.G. (orgs). Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo*. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.
- MOLINA, S. **Fundamentos del nuevo turismo**. México, 2005.
- OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- OMT. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais**, 1998.
- RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.
- REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002
- RODRIGUES, A.B. **Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RUSCHMANN, D. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. *In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Org.). Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Papirus, 2000.
- SABOURIN E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado**, set./dez. 2007.

SANTOS, M. J. Projetos alternativos de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos avançados**, São Paulo, vol 15, set/dez 2001.

SCHNEIDER, S. Políticas Públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. **Anais** do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural/ALASRU: Ecuador, 2006.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Aleph, 2000.

TOMAZZONI, E. L. Organização de feiras de negócio: um modelo de gestão para feiras de negócio de Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2002. **Dissertação** (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, 2002.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

TURISMO, Secretaria de Estado do. **LEI Nº 12.845**. Assembleia Legislativa: Porto Alegre, 2007.

TURISMO, Secretaria de Estado do. Site da Secretaria. <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=3&opt=24&fg=2&tp=24> Acesso em 12/07/2011.

VEZZANI, M. A. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, núm.1, 2008.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo**: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, S. (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

Bianca Pugen: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil.

Email: bianca.pugen@osorio.ifrs.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9588812374487167>

Marcos Daniel Schmidt de Aguiar: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil.

Email: marcos.aguiar@osorio.ifrs.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9133687917403690>

Vera Lúcia Bueno de Oliveira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil.

Email: vluciaboeno@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2394406212890079>

Data de submissão: 22 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 15 de maio de 2013

Data do aceite: 11 de junho de 2013

Avaliado anonimamente